

CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA DE

NOVA FRIBURGO

DATA: 07/10/2007 - DOMINGO / TARDE

CARGO:

M10 - Fiscal de Procon

GABARITO

A

ATENÇÃO

O Caderno de Questões contém 40 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).

CONFIRA O GABARITO DO SEU CADERNO DE QUESTÕES COM O CARTÃO DE RESPOSTA

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo e **Gabarito**. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A prova objetiva terá duração de 4 horas, incluídos neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição de **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas, com falta de nitidez, com mais de uma opção assinalada e as emendadas, rasuradas ou com marcação incorreta.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. O candidato só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando uma hora para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça o documento de identidade e seus demais pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será afixado no Posto de Atendimento e disponibilizado no site www.concursofec.uff.br, na data estabelecida no Cronograma Previsto.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

PSIU! OUVIU ESSA?

Os homens fofocam tanto quanto as mulheres, o que muda é o conteúdo de suas maldades

Os homens se divertem em classificar as mulheres como irreversíveis fofoqueiras, sempre prontas a se reunir ou correr ao telefone para comentar a vida alheia. Para eles, a fofoca, essa instituição tão antiga quanto o primeiro agrupamento de "Homo sapiens", é uma característica eminentemente feminina. É bom os homens começarem a rever suas opiniões sobre esse assunto. Uma série de pesquisas realizadas nos últimos meses por universidades americanas e inglesas chegou a resultados muito parecidos a respeito de quem cultiva o exercício da intriga e do fuxico. Os pesquisadores concluíram que os homens são tão fofoqueiros quanto as mulheres - ou até mais que elas. O mais recente desses estudos, divulgado há três semanas pelo Social Issues Research Centre, um centro de pesquisas independente de Londres, entrevistou 1.000 donos de telefones celulares, entre homens e mulheres, perguntando-lhes que tipo de conversa costumam manter em seus aparelhos e em que ocasiões. A conclusão foi que 33% dos homens do grupo eram fofoqueiros contumazes, contra apenas 26% das mulheres.

A diferença entre a fofoca masculina e a feminina, apontam os estudos, está no conteúdo. Os homens, mais competitivos por natureza, geralmente fofocam sobre o ambiente de trabalho. Comentam sobre a possibilidade de promoção dos colegas e dos chefes - e também sobre suas gafes e comportamentos inadequados. O que está em jogo, por trás dessas intrigas, é quem vai vencer na carreira e quem vai ficar no meio do caminho. As mulheres preferem fofocar com as amigas e parentes, e seus temas prediletos são os relacionamentos, tanto os próprios quanto os alheios. "Os dois gêneros têm em comum o fato de comentarem muito sobre a aparência de pessoas do sexo oposto", disse a VEJA Jack Levin, sociólogo da Northeastern University, de Boston [...]

Levin chama atenção para o fato de que, se por um lado a fofoca pode ser negativa e destruir reputações, por outro é um instrumento poderoso para entender o ambiente em que se vive e adaptar-se a ele. "Num escritório, por exemplo, é através das conversas no cafezinho que o novo funcionário fica sabendo como é o clima no local, em quem se pode confiar, como é a política de promoções, se a moça atraente da mesa ao lado é comprometida, e assim por diante", afirma o sociólogo. O clínico geral Memorino Melo, de São Paulo, confirma esse aspecto positivo da fofoca. Diz ele: "Eu e meus amigos gostamos muito de falar da vida alheia, mas não necessariamente falamos mal das pessoas. Muitas vezes os comentários coletivos ajudam a entender a personalidade de quem se está falando". Segundo os especialistas em comportamento, a percepção de que a fofoca é apenas da natureza feminina é uma herança dos tempos em que as mulheres não trabalhavam. Restritas ao limitado universo doméstico, o assunto recorrente de suas conversas era a relação com seus maridos. Estes, na defensiva, menosprezavam as conversas das mulheres sobre eles como sendo fofocas sem importância. No mundo de hoje, em que a teia de relacionamentos se tornou infinitamente maior e mais complexa, a fofoca não conhece gênero.

(ZAKABI, Rosana. Revista VEJA - Edição 2020 de 8 de agosto de 2007, com adaptações.)

1. Segundo o texto, os homens devem repensar sua visão da fofoca porque:

- A) antigamente, como não trabalhavam, as mulheres conversavam muito sobre seus maridos;
- B) não devem se divertir em classificar as mulheres como fofoqueiras irreversíveis, ao vivo ou por telefone;
- C) conversar pelo celular sobre relacionamentos e trabalho é uma característica eminentemente feminina;
- D) falar da vida alheia é um hábito muito antigo, que tem sua origem na pré-história;
- E) pesquisas recentemente divulgadas mostram que homens e mulheres têm o mesmo hábito de fofocar.

2. Sinônimos e termos ou expressões mais genéricos ajudam a evitar a repetição de vocábulos na construção do texto. O item que mostra uma correspondência INCORRETA entre o vocábulo e o termo que lhe faz referência é:

- A) "fofoca" / "exercício da intriga e do fuxico" (1º parágrafo);
- B) "ambiente" / "escritório" (2º parágrafo);
- C) "telefones celulares" / "aparelhos" (1º parágrafo);
- D) "pesquisas" / "estudos" (1º parágrafo);
- E) "homens" / "mulheres" / "os dois gêneros" (2º parágrafo).

3. O item que melhor resume o conteúdo do segundo parágrafo é:

- A) homens comentam mais sobre as situações do trabalho, enquanto mulheres conversam sobre suas relações pessoais, mas tanto uns quanto outros fofocam bastante sobre o visual de pessoas do sexo oposto;
- B) quanto ao conteúdo, a diferença entre a fofoca de homens e de mulheres está no fato de que os homens fofocam no trabalho, enquanto as mulheres fofocam em casa;
- C) para vencer na carreira, homens e mulheres fofocam sobre as relações de trabalho, mas somente as mulheres comentam sobre a aparência de amigas e parentes;
- D) como são mais competitivos, os homens fofocam sobre a aparência do chefe e dos colegas de trabalho, enquanto as mulheres fofocam sobre a aparência de amigas e parentes;
- E) homens e mulheres comentam sobre a aparência de pessoas do sexo oposto, mas a diferença é que os homens fazem isso apenas no trabalho, e as mulheres o fazem em casa.

4. Das palavras abaixo, a INADEQUADA para substituir o termo em destaque no trecho "A diferença entre a fofoca masculina e a feminina, apontam os estudos, está no CONTEÚDO" é:

- A) tema;
- B) assunto;
- C) objetivo;
- D) tópico;
- E) matéria.

5. Em "Os homens, MAIS COMPETITIVOS POR NATUREZA, geralmente fofocam sobre o ambiente de trabalho", a relação de sentido que o elemento sublinhado estabelece com o restante da frase é de:

- A) exemplificação;
- B) contraste;
- C) condição;
- D) causa;
- E) concessão.

6. Das alterações abaixo na redação do trecho “se por um lado a fofoca pode ser negativa e destruir reputações, por outro é um instrumento poderoso para entender o ambiente em que se vive e adaptar-se a ele” (3º parágrafo), a que mantém o sentido original é:

- A) A fofoca não só é negativa e destrói reputações como também é um instrumento poderoso para entender o ambiente em que se vive e adaptar-se a ele.
- B) Além de ser negativa e destruir reputações, a fofoca é um instrumento poderoso para entender o ambiente em que se vive e adaptar-se a ele.
- C) A fofoca pode ser negativa e destruir reputações, porque é um instrumento poderoso para entender o ambiente em que se vive e adaptar-se a ele.
- D) A fofoca pode ser negativa e destruir reputações, mas também é um instrumento poderoso para entender o ambiente em que se vive e adaptar-se a ele.
- E) Como é um instrumento poderoso para entender o ambiente em que se vive e adaptar-se a ele, a fofoca pode ser negativa e destruir reputações.

7. Na frase “Eu e meus amigos gostamos muito de falar da vida alheia, MAS não necessariamente falamos mal das pessoas” (3º parágrafo), para que se mantenha o sentido original, a conjunção destacada só pode ser substituída por:

- A) ainda que;
- B) portanto;
- C) porquanto;
- D) embora;
- E) entretanto.

8. Ao longo do texto, diversos sinônimos e expressões retomam o termo “fofoca”, ou no plural “fofocas”. O item que NÃO faz referência a “fofoca” ou a “fofocas” é:

- A) “maldades” (subtítulo);
- B) “instituição tão antiga quanto o primeiro agrupamento de ‘Homo sapiens’” (1º parágrafo);
- C) “tipo de conversa” (1º parágrafo);
- D) “intrigas” (2º parágrafo);
- E) “instrumento poderoso para entender o ambiente em que se vive” (3º parágrafo).

9. Se as palavras CONTEÚDO e ATÉ recebem acento gráfico, da mesma forma são grafadas com acento, em obediência, respectivamente, às mesmas regras, as palavras:

- A) concluíram e estréia;
- B) país e atrás;
- C) escritório e sociólogo;
- D) também e está;
- E) saída e alguém.

10. Fazem o plural da mesma forma que o substantivo INSTITUIÇÃO as palavras:

- A) conclusão / relação / percepção;
- B) instituição / mão / relação;
- C) cão / refrão / geração;
- D) atenção / promoção / bênção;
- E) percepção / prestação / alemão.

11. De acordo com a norma culta, completa adequadamente o período “Se os homens não trocassem idéias sobre a vida alheia no trabalho...”:

- A) não puderam saber quem são os colegas e como se relacionam;
- B) não poderão saber quem são os colegas e como se relacionam;
- C) não podem saber quem são os colegas e como se relacionam;
- D) não podendo saber quem são os colegas e como se relacionam;
- E) não poderiam saber quem são os colegas e como se relacionam.

12. Faz o plural da mesma forma que o verbo destacado no trecho “Os dois gêneros TÊM em comum o fato de comentarem muito sobre a aparência de pessoas do sexo oposto” o verbo em destaque na frase:

- A) Quem LÊ o resultado das pesquisas se surpreende com o resultado.
- B) O homem não VÊ que faz tanta fofoca quanto a mulher.
- C) Você CRÊ que possa existir alguém que não fale da vida alheia?
- D) O resultado da pesquisa VEM derrubar o mito de que só a mulher faz fofoca.
- E) Há quem não DÊ valor a esse tipo de pesquisa porque a considere imprecisa.

13. Para o correto preenchimento das lacunas do período “Comentários maldosos realmente ____ prejudicar pessoas, mas também é possível que o diálogo sobre as relações entre colegas ____ para o reconhecimento do ambiente de trabalho”, considerando-se a concordância e o tempo dos verbos, têm de ser usadas, respectivamente, as formas:

- A) podem / colabora;
- B) podiam / colaborem;
- C) podem / colabore;
- D) poderiam / colaboraria;
- E) pôde / colaborassem.

14. Observe as frases a seguir.

- I - Prefiro encontrar com os amigos para conversar ____ focar pelo telefone.
- II - Homens e mulheres assistem ____ programas de fofoca na televisão.
- III - Certos funcionários parecem ir ____ escritório só para focar, não para trabalhar.

Considerando-se as normas de regência verbal da língua culta, as lacunas têm de ser preenchidas, respectivamente, pelas formas:

- A) a que / a / ao;
- B) do que / a / no;
- C) a / a / ao;
- D) do que / dos / no;
- E) a / nos / no;

15. O único trecho em que a pontuação foi feita adequadamente é:

- A) Embora tenhamos o hábito de comentar sobre a vida dos outros, não o fazemos por maldade.
- B) A fofoca maldosa um empecilho para o bom relacionamento entre colegas de trabalho, é a mais freqüente.
- C) Só agora os estudiosos de todo o mundo, se interessam por investigar a fofoca entre homens e mulheres.
- D) Focar não seria inadequado se não prejudicasse os demais como acontece, muitas vezes.
- E) Ainda há quem pense que fofoca, só acontece em casa e é coisa de mulher.

16. O acento indicativo de crase está empregado INADEQUADAMENTE na frase:

- A) Por causa de uma fofoca, o funcionário teve de ir à diretoria desfazer um mal-entendido.
- B) Depois de um escândalo movido a boatos, ele conseguiu refazer sua reputação à duras penas.
- C) A reunião começará impreterivelmente às 10 horas.
- D) Infelizmente, muitos dão ouvido às fofocas, seja em casa, seja no trabalho.
- E) Preciso agradecer à colega por ter me defendido diante do chefe.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

17. De acordo com a Constituição da República, os Municípios serão regidos por Lei Orgânica; desta forma é correto afirmar que a mesma será votada:

- A) em dois turnos, com os interstícios mínimos de 15 dias e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal;
- B) em apenas um único turno, com interstício mínimo de 10 dias e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
- C) em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal;
- D) em um turno, com interstício de vinte dias mínimos, e aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
- E) em três turnos, com interstício de mínimo de dez dias para cada turno, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal.

18. O número de Vereadores será proporcional à população do Município, observando alguns limites. Das assertivas abaixo, estão de acordo com a Constituição da República:

- I - mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;
- II - mínimo de quarenta e dois e máximo de sessenta e cinco nos Municípios de mais de quatro milhões de habitantes.
- III - mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes.
- IV - mínimo de cinquenta e dois e máximo de sessenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes.

Dos itens acima mencionados, estão corretos apenas:

- A) I, III, IV;
- B) I, III;
- C) I, IV;
- D) II, IV;
- E) I, II.

19. Quanto aos preceitos esculpidos na Constituição da República é correto afirmar que a mesma:

- A) erigiu a defesa do consumidor como direito fundamental e como princípio da ordem econômica, normas de natureza programática, qualificadora das constituições dirigentes;
- B) estabelece a defesa do consumidor como bem indisponível e como princípio da ordem econômica e social, normas de natureza instrumental, qualificadora das constituições dirigentes;
- C) impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender o direito do consumidor, visto que é um direito fundamental e presente como princípio base da ordem econômica e social;
- D) institui a defesa do consumidor como direito fundamental a ordem econômica e social, aplicando-se de forma programática e qualificando aqueles que infringirem a conduta prevista em lei complementar;
- E) expressa que a defesa do consumidor como direito indisponível e fundamental a ordem pública, econômica e social, normas de natureza instrumental, qualificadora das constituições dirigentes.

20. De acordo com a Constituição da República, é competência dos Municípios:

- A) organizar e prestar diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- B) elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;
- C) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e programas de rádio e televisão;
- D) executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- E) requisitar civis e militares locais, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.

21. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, e garantir o bem estar de seus habitantes. De acordo com este conhecimento adquirido, pode-se afirmar que:

- A) a propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências de seu proprietário direto, que exerce os direitos de usar, gozar e fruir, portanto não sendo obrigado a observar os requisitos expressos no plano diretor;
- B) é obrigatório ao Poder Público Municipal, mediante lei complementar para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena das sanções a ele aplicadas;
- C) o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;
- D) em caso de desapropriação expressa no plano diretor com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão, previamente, aprovada pela Câmara Municipal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais;
- E) as desapropriações de imóveis urbanos e rurais serão feitas sem comunicação prévia, basta que o interesse público esteja ameaçado. Ao que tange a indenização será posterior a desapropriação e sempre em dinheiro.

22. Quanto ao Poder Executivo dos Municípios, é correto afirmar que o Prefeito Municipal:

- A) possuidor de foro privilegiado, será julgado pelo Superior Tribunal de Justiça nos crimes comuns de competência da Justiça estadual;
- B) tendo em vista o foro privilegiado, será julgado pelo Superior Tribunal Federal nos crimes comuns de competência da Justiça estadual;
- C) é julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado correspondente, nos crimes comuns de competência da Justiça estadual;
- D) não será julgado em casos de crimes comuns de competência da Justiça estadual;
- E) possuidor de foro privilegiado, é julgado primeiramente no Superior Tribunal de Justiça, e em sede de recurso no Superior Tribunal Federal, nos crimes comuns de competência da Justiça estadual.

23. De acordo com a Constituição da República, a União possui matérias para legislar de competência exclusiva e privativa. Portanto, pode-se afirmar que:

- A) toda e qualquer matéria de competência da União é indelegável, sendo sua responsabilidade exclusiva legislar a respeito de tais preceitos;
- B) as matérias de competência privativa da União podem ser delegadas por meio de lei complementar;
- C) as matérias de competência exclusiva da União são atos administrativos deste ente, e, portanto poderá delegar para outros entes da federação via ato administrativo;
- D) a competência privativa da União jamais poderá ser delegada a outros membros;
- E) a União por lei ordinária poderá delegar aos Estados a competência para legislar matérias exclusivas de sua competência.

24. Os preços de bens e serviços para o consumidor nos estabelecimentos comerciais em auto-serviços, supermercados, hipermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais, onde o consumidor tenha acesso direto ao produto, sem intervenção do comerciante, admitem as seguintes modalidades de afixação abaixo indicadas:

- A) direta ou código referencial;
- B) direta ou indireta por tabelas;
- C) código de barras ou indireta por tabelas;
- D) consulta eletrônica ou indireta;
- E) a única forma de afixação de preços é o código referencial.

25. Ao que pese a Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço, quanto aos prazos para que o vício seja sanado. É correto afirmar, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, que poderão as partes convencionar:

- A) a redução ou ampliação do prazo de quarenta dias, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e vinte dias;
- B) a redução ou ampliação do prazo de quinze dias, não podendo ser inferior a sete dias nem superior a cento e oitenta dias;
- C) a redução ou ampliação do prazo de vinte dias, não podendo ser inferior a três dias nem superior a duzentos e quarenta dias;
- D) a redução ou ampliação do prazo de trinta dias, não podendo ser inferior a sete dias nem superior a cento e oitenta dias;
- E) a ampliação apenas do prazo de trinta dias, não podendo ultrapassar a cento e oitenta dias.

26. Pelos vícios de quantidade do produto, sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, a forma da responsabilidade dos fornecedores pelos vícios acima descritos será:

- A) subsidiariamente;
- B) solidariamente;
- C) regressivamente;
- D) exclusiva e privativamente;
- E) sempre privativamente.

27. Quanto à pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou serviço, é correto afirmar que prescreve em:

- A) três anos, a partir do conhecimento do dano e de sua autoria;
- B) cinco anos, contados a partir do conhecimento do dano e de sua autoria;
- C) sete anos, contados a partir do conhecimento apenas de sua autoria;
- D) cinco anos, a partir exclusivamente do dano;
- E) um ano, a partir do conhecimento do dano.

28. O consumidor terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como as suas respectivas fontes. De acordo com este conhecimento adquirido, é correto afirmar que:

- A) o consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias corridos, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas;
- B) os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a sete anos;
- C) a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, ainda que não solicitada por ele;
- D) os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter privado;
- E) consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

29. O Código de Defesa do Consumidor estabelece que são nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

- A) impossibilitem ou agravem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem na disposição de direito;
- B) estabeleçam obrigações que coloquem o consumidor em vantagem exagerada, ou seja, incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;
- C) possibilitem a violação de normas ambientais;
- D) imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor;
- E) nas relações de consumo entre fornecedor e consumidor - pessoa jurídica, a indenização será sempre ilimitada, independentemente da situação.

30. Conforme dispõe o Código de Defesa do Consumidor a respeito do Contrato de Adesão, é correto afirmar que:

- A) a inserção de cláusula no formulário desfigura a natureza de adesão do contrato;
- B) as cláusulas em um contrato de adesão são formuladas unilateralmente pelo fornecedor de produtos e serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo;
- C) nos contratos de adesão não se admite cláusula resolutória ainda que alternativa;
- D) as cláusulas que limitarem o direito do consumidor deverão ser redigidas em letras menores no final do formulário;
- E) quando as cláusulas do contrato de adesão forem ambíguas dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao fornecedor de produtos ou serviços.

31. O Código de Defesa do Consumidor estabelece um rol de sanções administrativas a serem aplicadas em casos de infrações das normas de defesa do consumidor. Dentre as assertivas abaixo, a que melhor indica essas sanções é:

- A) pena pecuniária e pena restritiva de direitos;
- B) advertência e multa;
- C) intervenção administrativa e imposição de contrapropaganda;
- D) pena restritiva de direitos e proibição de fabricação do produto;
- E) apreensão do produto e pena restritiva de liberdade.

32. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo. A partir desse conhecimento, observe as assertivas demonstram aqueles que possuem legitimidade para a defesa dos direitos dos consumidores:

- I- a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;
- II- o Ministério Público;
- III- as Entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor;
- IV- as Associações legalmente constituídas há pelo menos dois anos e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor, dispensada a autorização assemblear.

Dos itens acima mencionados, estão corretos apenas:

- A) I, II, IV;
- B) I, II, III;
- C) II, III, IV;
- D) I, IV;
- E) II, IV.

33. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. A partir deste conhecimento, é correto afirmar que:

- A) a conversão da obrigação em perdas e danos não será admissível se por elas optar o autor ou se impossível à tutela específica ou à obtenção do resultado prático correspondente;
- B) sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de eficácia do provimento final, é lícito conceder a tutela liminarmente ou após a justificação prévia sem a citação do réu;
- C) o juiz poderá em caso de justificado receio de ineficácia do provimento final, na sentença impor pena restritiva de direito ao réu, desde que tenha pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito combinado a multa diária;
- D) para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, o juiz não poderá determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, requisição de pena privativa de liberdade;
- E) a indenização por perdas e danos se fará sem prejuízo da multa.

34. A Lei Complementar nº 12 de 2000, institui a Coordenadoria Especial de Controle Interno do Município de Friburgo, órgão de assessoramento, subordinado ao Chefe do Poder Executivo. A partir desse conhecimento, as atribuições da Coordenadoria de Controle Interno estão expressas na alternativa:

- A) controlar e fiscalizar as obras de engenharia civil realizadas pela Administração ou por terceiros contratados;
- B) estabelecer métodos e procedimentos de controle a serem adotados pelo Município para a proteção de seu patrimônio;
- C) realizar estudos no sentido de estabelecer a confiabilidade e tempestividade dos registros e demonstrações orçamentárias, contábeis e financeiras bem como a de eficiência operacional;
- D) realizar estudos e pesquisas sobre os pontos críticos do controle interno, de responsabilidade dos administradores;
- E) assinar, juntamente com os demais membros técnicos da Coordenadoria Especial de Controle, o Certificado de Auditoria na forma de Deliberação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

35. A Lei Complementar nº 21 do Município de Friburgo dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor SMDC, bem como institui o PROCON Municipal. A partir deste conhecimento, a alternativa que demonstra os objetivos permanentes do PROCON Municipal é:

- A) assessorar os Vereadores do Município de Friburgo na formulação da política do Sistema Municipal de Defesa dos Direitos e Interesses dos Consumidores;
- B) executar concomitantemente com a Câmara Municipal a política do Sistema Municipal de Defesa dos Direitos e Interesses dos Consumidores;
- C) fiscalizar denúncias efetuadas, encaminhando à Assistência jurídica e/ou ao Ministério Público, as situações não resolvidas administrativamente;
- D) o PROCON será o órgão responsável em gerir o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor;
- E) o PROCON realizará sessões plenárias que se instalarão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

36. Quanto à composição de membros do CONDECON Conselho Municipal de Defesa do Consumidor- é correto afirmar que:

- A) o Conselho será composto por no máximo três membros eleitos em assembleia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo;
- B) o número de membros conselheiros, ou o máximo e mínimo permitidos, e o processo de escolha e substituição do Presidente do Conselho pela assembleia ou pelo próprio estatuto;
- C) o prazo de gestão dos conselheiros, não poderá ser superior a três anos, não sendo permitida a reeleição;
- D) perderá a condição de membro do CONDECON o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a seis alternadas, no período de um ano;
- E) os membros do Conselho e seus suplentes terão mandato de três anos, sendo permitida uma recondução.

37. A Lei Complementar nº 21 do Município de Friburgo institui o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor, com o objetivo de criar condições financeiras de gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de proteção e defesa dos direitos dos consumidores. A partir deste estudo, pode-se afirmar que a opção que indica quem irá gerir o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor é:

- A) o Chefe do Gabinete do Prefeito, um representante da Secretaria de Fazenda e um representante do PROCON;
- B) o Coordenador do PROCON, um Secretário Executivo e um Tesoureiro;
- C) o Coordenador Especial de Controle Interno, um representante do CONDECON, um representante de associações de proteção aos Direitos e Interesses do Consumidor;
- D) o Presidente do CODECON, um representante de entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta, que tenha destino específico a proteção a defesa dos Interesses e Direitos do Consumidor, e um Tesoureiro;
- E) um representante da Secretaria de Fazenda, o representante do Ministério Público da Comarca e um representante do PROCON.

38. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Friburgo, a assertiva que corretamente apresenta os fundamentos do Município de Friburgo é:

- A) o unitarismo político e a dignidade da pessoa humana;
- B) a subordinação ao Estado do Rio de Janeiro e a cidadania;
- C) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- D) o unitarismo político e a subordinação ao Estado do Rio de Janeiro;
- E) o pluralismo político e a dependência econômica ao Estado do Rio de Janeiro.

39. As receitas destinadas ao Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor serão depositadas, obrigatoriamente, em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito em nome do Fundo Municipal. A partir deste estudo, pode-se afirmar que o procedimento a ser adotado pelas empresas infratoras em caso de depósito para o Fundo Municipal é:

- A) as empresas infratoras comunicarão no prazo de cinco dias, ao PROCON, os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem, sob pena de multa diária de dois por cento sobre o valor do depósito;
- B) as empresas infratoras comunicarão no prazo máximo de três dias, ao Conselho Municipal, os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem, sob pena de multa mensal de três por cento;
- C) as empresas infratoras comunicarão em até quinze dias, ao PROCON, os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem, sob pena de multa diária de três por cento;
- D) as empresas infratoras comunicarão no prazo de dez dias, ao Conselho Municipal, os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem, sob pena de multa mensal de dois por cento sobre o valor do depósito;
- E) as empresas infratoras comunicarão no prazo máximo de oito dias, ao PROCON, os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem, sob pena de multa diária de dois por cento sobre o valor do depósito.

40. O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor do Município de Nova Friburgo terá por objetivo financiar políticas públicas em prol do consumidor; assim, os recursos serão aplicados para:

- A) realizar estudos e pesquisas sobre os pontos críticos financeiros do Município;
- B) expedir o certificado de auditoria das contas públicas do exercício financeiro;
- C) incrementar a eficiência operacional;
- D) fiscalizar verbas orçamentárias;
- E) contratar consultorias e assessorias voltadas para o desenvolvimento de planos e programas e projetos com a finalidade de aprimorar a qualidade e a produtividade de serviços.